As soluções a usar são as seguintes:

A) Ácidos:

- a) Solução saturada de anidrido sulfuroso com o peso específico de 1,024 a 20°;
- b) Ácido azótico com o peso específico de 1,285;
- c) Ácido clorídrico com o peso específico de 1,10;
- d) Ácido acético a 30 por cento.

B) Bases:

Amónia a 5 por cento.

2) *Ataque pelo cloro.* — Uma campânula de vidro de tamanho igual à que serve para os ensaios anteriores mas com um gargalo é equipada com um funil contendo gotas de cêra de 30 centímetros cúbicos, bem ajustado ao gargalo.

Para se obter o cloro, coloca-se uma taça de vidro ou porcelana de 15 centímetros de diâmetro, com 5 gramas de permanganato de potássio, debaixo do tubo do funil. Depois de colocado o condutor em volta da taça e de montada a campânula bem vedada sobre a base de vidro, deixa-se cair pelo funil, de três em três dias, 1^{cm}3,5 de ácido clorídrico de peso específico 1,17, com o que se desenvolve de cada vez 0^{cm}2,25 de cloro.

Cada amostra do condutor é sujeita à acção dos vapores de uma das substâncias atrás indicadas.

Depois dos ensaios são as amostras examinadas; a bainha metálica ou a armadura, se o condutor fôr armado, não devem estar atacadas e o revestimento não deve apresentar alteração importante.

Estas normas obedecem às prescrições da V. D. E. e da A. S. E.

Anexo VII

Ensaio das bainhas dos tubos tipo Bergmann

Os revestimentos de chumbo e alumínio dos tubos tipo Bergmann com bainha de ferro devem satisfazer aos ensaios seguintes:

1) *Determinação da espessura do chumbo por electrólise.* — O mesmo que o n.º 1) do anexo v.

2) *Determinação da espessura do alumínio por via química.* — A bainha protegida por alumínio é revestida do lado de dentro por uma bainha protectora.

A amostra a ensaiar é mergulhada num banho de soda cáustica com cêra de dez partes em peso de soda e noventa partes de água. O banho deve ter uma temperatura vizinha de 90°. A amostra deve conservar-se tanto tempo no banho que nenhuma bôlha se produza. Depois disto lava-se a amostra e tira-se a pintura de protecção. O peso da camada de alumínio determina-se pela pesagem antes e depois do ensaio.

3) *Determinação da regularidade da cama de chumbo ou alumínio por corrosão.* — Os bocados de tubo a ensaiar devem ser cuidadosamente desengordurados com gasolina, se a protecção fôr de chumbo, e éter, se fôr de alumínio.

Para pesquisar os defeitos do revestimento devem as amostras, depois de protegidos os cortes com parafina, ser metidas durante dez minutos numa mistura recente de três partes de solução de ferrocianeto de potássio a 1 por cento e uma parte de solução de persulfato de amónio a 1 por cento.

Depois disto devem as peças ser mantidas verticalmente tanto tempo que nenhum líquido fique agarrado. Pela acção das soluções não devem aparecer sobre o metal nem manchas azues escuras nem uma leve coloração azul.

Estas normas obedecem às prescrições da V. D. E.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 27 de Julho de 1939. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento

Decreto-lei n.º 29:783

A Câmara Municipal de Pinhel representou ao Governo sobre a conveniência de ser estabelecida em novas bases a obrigatoriedade de pagamento da água utilizada no abastecimento público da cidade de Pinhel, a que se referem os artigos 3.º, 5.º e 6.º do decreto-lei n.º 29:069, de 18 de Outubro de 1938.

Reconhecendo a razão que assiste à Câmara Municipal de Pinhel, resolve o Governo tomar o seu pedido em consideração.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É alterada a redacção dos artigos 3.º, 5.º e 6.º do decreto-lei n.º 29:069, de 18 de Outubro de 1938, que regulou o serviço de abastecimento de águas à cidade de Pinhel, cuja redacção fica sendo a seguinte:

Artigo 3.º Nas ruas ou zonas da cidade de Pinhel em que se encontre estabelecida a rede de distribuição de águas é obrigatório instalar as canalizações domiciliárias e fazer a sua ligação à rede para todos os prédios de rendimento colectável igual ou superior a 100\$.

§ único

Artigo 5.º Os moradores dos prédios referidos no artigo 3.º e situados nas ruas ou zonas em que esteja instalada a canalização de águas são obrigados ao pagamento do consumo mínimo mensal de 1^m3,5 a 8 metros cúbicos de água, quer dela se utilizem, quer não, graduado da seguinte forma:

a) Nos prédios de rendimento colectável compreendido entre 100\$ a 200\$, consumo mínimo mensal de 1^m3,5;

b) Nos prédios de rendimento colectável compreendido entre 200\$01 e 300\$, consumo mínimo mensal de 3 metros cúbicos;

c) Nos prédios de rendimento colectável compreendido entre 300\$01 e 500\$, consumo mínimo mensal de 5 metros cúbicos;

d) Nos prédios de rendimento colectável compreendido entre 500\$01 e 800\$, consumo mínimo mensal de 6^m3,5;

e) Nos prédios de rendimento colectável superior a 800\$, consumo mínimo mensal de 8 metros cúbicos.

§ 1.º O disposto neste artigo é igualmente aplicável aos locatários de cada andar ou divisão de prédio. Neste caso, o consumo mínimo mensal será fixado em relação a cada locatário, tendo por base o rendimento colectável da parte do prédio ocupada.

§ 2.º Os mínimos do consumo mensal estabelecidos poderão ser reduzidos quando a Câmara Municipal de Pinhel o entender, findo que seja o período de amortização do empréstimo contraído para a execução das obras.

Art. 6.º Durante o período de amortização do empréstimo, a que se refere o § 3.º do artigo 5.º, o preço máximo de venda da água será de 4\$50 por metro cúbico.

§ único

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1939. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — Mário Pais

de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política
e Civil

Decreto n.º 29:784

Atendendo ao que representaram os funcionários da Câmara Municipal da Beira, no sentido de lhes ser contado para todos os efeitos, incluindo o da aposentação, o tempo de serviço que alguns d'elles prestaram na comissão de melhoramentos da mesma cidade e todos elles na comissão de administração urbana, que lhe sucedeu;

Sendo certo que ambas as comissões, hoje extintas, eram consideradas por lei corpos administrativos, em tudo semelhantes à actual Câmara Municipal da Beira, criada pelo artigo 24.º da Reforma Administrativa Ultramarina, e que veio substituí-las, e assim os seus funcionários têm a qualidade de funcionários administrativos, com todos os direitos e regalias que o artigo 533.º da referida Reforma confere aos funcionários públicos, entre elles o da aposentação, nos termos dos artigos 166.º e 169.º do mesmo diploma;

Considerando que em tais circunstâncias é de toda a justiça que o tempo de serviço prestado pelos aludidos funcionários nas duas referidas comissões seja contado para todos os efeitos, designadamente o de aposentação, retrotraindo-lhes o tempo de serviço às suas primeiras nomeações, com as ressalvas constantes do § único do artigo 533.º da Reforma Administrativa Ultramarina;

Ouvido o Conselho do Império Colonial e tendo em vista o artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º, § 1.º, n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do artigo 80.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. Aos funcionários actualmente em serviço na Câmara Municipal da Beira que para ela transitaram das extintas comissão de melhoramentos da cidade da Beira e comissão urbana da cidade da Beira é reconhecido, nos termos da legislação em vigor, o direito a diuturnidades e à aposentação, retrotraindo-se a contagem do tempo de serviço às suas primeiras nomeações para as mencionadas comissões.

§ 1.º Os funcionários a que se refere este artigo e que não tiverem efectuado todos os descontos deverão

dar entrada nos cofres municipais, em conta especial, com a importância de todas as cotas que deveriam descontar desde as suas primeiras nomeações, acrescidas dos respectivos juros à taxa legal, como se a Caixa de Aposentações estivesse funcionando nessa altura e se tivesse dado efectividade ao seu direito de aposentação.

§ 2.º Os funcionários que, tendo feito os descontos de que trata o parágrafo anterior, levantaram posteriormente a importância d'esses descontos poderão readquirir o direito às diuturnidades e à aposentação desde que entrem nos referidos cofres municipais com todas as quantias que levantaram e com as que forem devidas, com os seus juros à taxa legal.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1939. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — Manuel Rodrigues Júnior.

Repartição de Justiça, Instrução e Missões

Decreto n.º 29:785

Havendo o governador da colónia de Macau representado sobre a conveniência de elevar transitòriamente para 8 por cento a taxa de contribuição de registo por título oneroso, fixada pelo decreto n.º 1:565, de 8 de Maio de 1915;

Tendo em vista o disposto na 1.ª parte do § único do artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial, e por motivo de urgência, de harmonia com o § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do artigo 80.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É fixada transitòriamente em 8 por cento a taxa da contribuição de registo de transmissões por título oneroso de propriedade imobiliária na colónia de Macau.

Art. 2.º Fica o govêrno da referida colónia autorizado a mandar suspender a taxa fixada pelo presente decreto quando o julgar oportuno em face das circunstâncias locais.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Macau.

Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1939. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — Manuel Rodrigues Júnior.